



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

RESOLUÇÃO Nº 013/2003

Data:

09 de dezembro de 2003

Súmula:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de novembro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de novembro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.12.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Nereu Moura e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito

los Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv (01), conforme o artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2896

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock: proposta de emenda à Constituição Estadual, que dá nova redação ao parágrafo

**PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL
DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.**

**COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e três, na sala de reuniões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição para apresentar parecer sobre a Proposição nº 053/2003, presidida na forma regimental pelo senhor deputado Natálio Stica, primeiro vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e contando com as presenças dos deputados Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães e Vanderlei Iensen. Havendo número legal, o senhor deputado Natálio Stica abriu os trabalhos, passando em seguida para a eleição do presidente da Comissão. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Marcos Isfer. Assumindo a presidência o deputado Marcos Isfer agradeceu a especial deferência de seus pares e designou para relatar a matéria o senhor deputado Plauto Miró Guimarães, que apresentou parecer favorável à Proposição nº 53/2003, que altera o parágrafo 3º do artigo 61 da Constituição Estadual, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) **MARCOS ISFER** - Presidente

**PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VANDERLEI
IENSEN, ADEMAR TRAIANO, PADRE PAULO
CAMPOS e NATÁLIO STICA.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Como determina o Regimento e a Constituição, solicito ao nobre deputado Nereu Moura que faça a votação nominal dos senhores parlamentares.

Senhores deputados que concordam com a alteração, responderão SIM. E os contrários, responderão NÃO.

Solicito então a chamada dos senhores deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

**(Procede à chamada nominal dos senhores
deputados)**

Senhor presidente, tivemos quarenta e cinco votos SIM. Seis votos ausentes. Três votos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está aprovada em 1ª discussão, a Proposição nº 053/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

TEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14055, de 27 de maio de 2003 (Balsas e ferry-boat). **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

TEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem Braille em hotéis, restaurantes e similares. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de novembro de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. **PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o inciso XIII, do artigo nº 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Paraná. **SEM PARECERES. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06.10.2003).**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Há um requerimento protocolado no dia de ontem, solicitando transformar-se em Comissão Geral, para o referido projeto.

Está em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Designo o deputado Ângelo Vanhoni para relatar o Projeto de Lei Complementar nº 586/2003.

Senhor presidente, eu estava fora do plenário na hora da emenda da reeleição da Mesa, porque atendia a Gráfica Posigraf, na questão urgente do detalhamento dos livros dos 150 anos do Paraná, mas quero declarar a minha posição favorável à reeleição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Muito obrigado! Agradecemos a V. Exa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados.

Na realidade, este projeto que altera a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, visa refazer uma correção aos seus dispositivos internos. Todos nós sabemos que os promotores tenham a permanência nos municípios, para atender os munícipes que tenham sede, que morem, que tenham residência nas comarcas. No entanto, dos procuradores gerais, dos procuradores de Justiça, essa exigência muitas vezes não é necessária, haja vista que um procurador de Justiça pode cumprir suas funções aqui, na Procuradoria de Justiça da Capital do Estado e residir na cidade de Pinhais ou Piraquara, ou Campo Largo, ou da Região Metropolitana de Curitiba, enfim, de onde proximamente estiver designado; porque a sua atuação não é perante a população, perante o público, mas sim nos dá os pareceres dos processos em tramitação na Procuradoria.

Nesse sentido, o deputado Hermas Brandão, corretamente, faz uma correção a pedido do Ministério Público, para que isso seja estabelecido.

Então, o nosso voto, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer do nobre deputado Ângelo Vanhoni.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em votação, em 1ª discussão, o projeto.

Em discussão o projeto.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2003, que estabelece o quantitativo de cargos de professor do Ensino Superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, a que se refere o capítulo I da Lei nº 11713, de maio de 1997, conforme específica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02.12.2003 - Mensagens).**

PROJETO DE LEI Nº 720/2003

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º, o quantitativo de cargos de professor de Ensino Superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, a que se refere o capítulo I da Lei nº 11713, de 07 de maio de 1997, na forma do Anexo I.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência, consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ainda, com apreciação pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pela Fazenda.

Merece destacar o fato de que a medida ora proposta retrata grande interesse público pelo seu elevado significado, ao mesmo tempo em que atende orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado, no sentido da regularização dos quadros funcionais das instituições estaduais de Ensino Superior.

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2896, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há um requerimento apresentado também, que deve encontrar-se sobre a mesa, pedindo a transformação do Plenário em Comissão Especial, para apreciar os projetos que foram concluídos pela CPI da Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos dando recebimento, hoje, e será votado na ordem e será colocado em pauta.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Perfeitamente. Só para levar ao conhecimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 586/2003; e do Projeto de Lei nº 720/2003.

Levanta-se a Sessão.

Indicações Legislativas:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 076/2003

Autoria: deputado Jocelito Canto

Súmula:

Sugere a construção de sede própria para a APAE no município de Reserva.

1 - Construção de sede própria para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Reserva-PR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Reserva é uma sociedade civil, de caráter cultural, assistencial e educacional sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover medidas que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, promover e/ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção de formas de deficiências, entre outras atividades para a melhor convivência com pessoas especiais e seus familiares.

Porém, convive com a freqüente falta de recursos para fazer frente às muitas obrigações financeiras e entre elas o pagamento de aluguel mensal, que acaba por fazer escoar recursos fundamentais para a execução das metas de atendimento previstas.

Pelas razões expostas e em face de tal solicitação ser fruto de aspiração de toda a comunidade do município de Reserva, justifica-se o atendimento da presente reivindicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 077/2003

Autoria: deputado Nelson Justus

Súmula:

Propõe a estadualização da rodovia municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466.

1 - Quando o município de Arapuã foi criado, desmembrado do município de Ivaiporã, herdou um trecho da Rodovia Antonio Frederico Kürten que é a única via de acesso à municipalidade.

bastante precária, apesar do esforço da Prefeitura de Arapuã, que já realizou várias operações tapa-buraco, que resolveram temporariamente o problema.

3 - A agricultura de ponta com uma alta produção agrícola, que é escoada na sua totalidade pela referida rodovia, acelerando ainda mais o seu deterioramento.

4 - Sendo assim, reivindicamos a transferência dos 8 quilômetros da rodovia para a responsabilidade do Estado, proporcionando um desafogo na já combalida situação financeira do município de Arapuã.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 078/2003

Autoria: deputado Mauro Moraes

Súmula:

Propõe a criação do projeto “A Casa do Vestibulando”.

1 - A criação do projeto “A Casa do Vestibulando”, consistente da instituição de cursos pré-vestibulares gratuitos, destinados aos estudantes oriundos da rede pública de ensino.

2 - Os cursos de que trata esta indicação poderiam ser organizados e mantidos:

I - diretamente pelo Poder Público;

II - pelas seguintes entidades, isoladamente ou em conjunto:

a) de representação discente;

b) de representação docente;

c) de representação de diretores;

d) associações de pais e mestres;

e) organizações não-governamentais.

3 - Ficaria assegurada, às entidades arroladas no inciso II, a participação no planejamento e prestação das atividades dos cursos que trata esta indicação, quando mantidos diretamente pelo Poder Público.

4 - Seriam concedidos incentivos fiscais e jurídicos que, através de doações ou patrocínios, destinem recursos ou que de outra forma contribuam para a implantação e manutenção dos cursos de que trata esta indicação.

5 - Caberia à Secretaria de Educação, ouvido o Conselho Estadual da Educação, e observado o disposto no decreto de regulamentação desta indicação:

I - editar normas relativas aos aspectos disciplinares e pedagógicos dos cursos de que trata esta indicação;

II - estabelecer os requisitos a que as entidades enumeradas no inciso II do artigo 2º deverão atender,

deles participar;

III - observados os requisitos a que se refere o inciso anterior, proceder ao credenciamento das entidades aptas, bem assim ao desc credenciamento das que não os atendam.

6 - Ficaria vedada a cobrança de qualquer taxa, inclusive de matrícula, dos estudantes a que se destinam os cursos que cuida esta proposta.

7 - Sem prejuízo de outras penalidades, o descumprimento do disposto no *caput* implicaria o desc credenciamento da entidade infratora.

8 - Os cursos de que trata esta lei deverão ser amplamente divulgados para a comunidade escolar dos estabelecimentos da rede pública de ensino.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, visa uma ação conjunta de toda a sociedade e o Poder Público local, que não pode ficar indiferente a esta situação. O objetivo principal é poder criar condições para os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino para pleitearem vagas oferecidas pela Instituição de Ensino Superior, combatendo assim uma das formas de desigualdades sociais, que hoje se apresenta à população que está nas escolas públicas, facilitando assim o acesso à Universidade através da melhor preparação dos vestibulandos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 079/2003

Autoria: deputado Luiz Nishimori

Súmula:

Sugere ao senhor governador do Estado do Paraná o enguadramento dos professores da Universidade Estadual de Maringá que ministram cursos para as comunidades interna e externa, conforme segue:

Conforme contato que tivemos no último dia 22 de agosto do corrente ano, em Maringá, com servidores da Universidade Estadual de Maringá, queremos expor o seguinte problema:

1 - A UEM mantém em sua estrutura, órgão como ILG (Instituto de Línguas), IEJ (Instituto de Estudos Japoneses), CAP (Colégio de Aplicações Pedagógicas), DUC (Diretoria de Cultura) e MEU (Escola de Música), onde atuam aproximadamente 75 professores que ministram cursos para as comunidades interna e externa da Universidade e também à comunidade em geral.

2 - Esses servidores estão diretamente ligados à PEC (Pró-reitoria de Extensão e Cultura) que por sua vez

trabalho desenvolvido, somente neste primeiro semestre de 2002/2003, o ILG atendeu a mais de 1.300 alunos, com cursos de inglês, espanhol, francês, italiano e alemão, bem como, o IEJ (Instituto de Estudos Japoneses).

3 - Considerando a Lei nº 11.713/97, das instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, há somente duas categorias de servidores nessas instituições: Servidores Técnicos e Professores de Ensino Superior.

4 - Desta forma, os professores dos setores acima citados não são enquadrados em nenhuma das duas categorias existentes. Não desempenham atividades de técnicos e não são considerados professores de ensino superior pela instituição - apesar de serem professores de línguas, arte e música, - e, de terem sido contratados por concurso público, conforme determina a lei.

5 - Para tentar solucionar o problema a UEM baixou uma resolução interna (Resolução 107/99) aprovada pelo Conselho de Administração - instância máxima da administração da UEM - criando, assim, uma carreira especial para esses professores ligados a esses órgãos.

6 - No entanto, tal resolução não concede os mesmos direitos aos professores dos demais departamentos da UEM, o que tem causado sérios problemas aos professores aqui citados, pois a resolução não encontra respaldo na Lei Estadual nº 11713/97, e o Tribunal de Contas do Estado tem freqüentemente negado abertura de novos concursos, bem como, tem deixado de homologar aposentadorias a esses servidores.

Desta forma, o deputado que o presente subscreve, vem recorrer ao alto espírito de justiça do senhor governador do Estado, para que determine à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a realização de estudos no sentido de corrigir este grande problema social que ocorre presentemente nos quadros da Universidade Estadual de Maringá, com o envio de uma mensagem governamental que coloque um fim nas angústias desses servidores.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação, tem como principal objetivo corrigir uma grande injustiça que tem acometido um grupo de aproximadamente 75 professores da Universidade Estadual de Maringá, que têm dedicado o seu precioso tempo, ministrando cursos de línguas, arte e música para as comunidades interna e externa da UEM, bem como prestando um valioso serviço à comunidade em geral.

contratados por concurso público, conforme determina a lei, não estão enquadrados em nenhuma das duas categorias de servidores dessa instituição (cf. Lei nº 11.713/97), pois não são técnicos, e, apesar de serem professores, não estão enquadrados nessa categoria de professores de ensino superior.

Mesmo reconhecendo o esforço da reitoria em solucionar o problema com a expedição da resolução 107/99, criando uma categoria especial, para os professores afetos aos Institutos de Línguas, Estudos japoneses, Colégio de Aplicação Pedagógicas, Diretoria de Cultura e Escola de Música.

Como o enquadramento desses servidores depende de Lei Estadual e não uma simples resolução, e, reconhecendo ser esta uma atribuição exclusiva do Poder Executivo, venho encarecer ao senhor governador do Estado, que determine ao senhor secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcísio Rizzo, a realização de um estudo que possa culminar com uma mensagem governamental, corrigindo este problema social da classe do magistério superior da UEM.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 080/2003

Autoria: deputado Doutor Luciano

Súmula:

Solicita construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Vicentina São Vicente de Paulo em Paranaíba.

1 - Prover a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Vicentina São Vicente de Paulo - Educação Infantil e Ensino Fundamental, cito à Av. Getúlio Vargas, 840 - Cx.P.: 93 - Paranaíba-PR - 87702-000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A Escola Vicentina São Vicente de Paula - Educação Infantil e Ensino Fundamental, é um estabelecimento de ensino que vem ao longo dos anos prestando inestimáveis serviços à comunidade da cidade de Paranaíba.

Entidade de caráter filantrópico, além de praticar mensalidades modestas, enfrenta como qualquer outro estabelecimento de ensino o problema da inadimplência dos alunos, relacionado ao desemprego dos pais.

A quadra de esportes é um equipamento indispensável ao bom desenvolvimento das atividades educacionais para os 474 alunos da escola e demanda uma cobertura para que as atividades não fiquem ao sabor do tempo, e possam ser desenvolvidas de forma programática sem interrupções.

Apesar de realizar inúmeras promoções visando angariar os recursos necessários para a construção da cobertura, os contínuos reajustes de preços tem inviabili-

Pais e Mestres.

Na certeza de que esta é uma forma de destinar legítima e democraticamente o uso de recursos públicos, inclusive potencializando-os, indicamos que o Poder Executivo Estadual estude fórmula adequada para viabilizar a construção em tela.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 081/2003

Autoria: deputado Doutor Luciano

Súmula:

Solicita a adoção da vacina contra a varicela pelo Sistema Único de Saúde no Paraná.

1 - Que o Sistema Único de Saúde no Paraná adote a vacina contra a varicela.

2 - Que a referida vacina passe a fazer parte das medidas imunizatórias de rotina para a população em todo o Estado.

3 - Que as áreas técnicas responsáveis definam, conforme as evidências científicas disponíveis, o calendário mais efetivo para a imunização preconizada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

No ano de 2001, foram atendidas em Curitiba 7.813 pessoas com varicela. Todo ano a incidência da doença tem resultado em pelo menos um óbito entre a população atingida. Principalmente por encefalite, uma de suas complicações mais importantes.

Além disso, a doença é potencialmente mais grave quando acomete crianças imunodeprimidas ou adultos jovens, pelas complicações hemorrágicas que, entre outras, se tornam mais frequentes. Também é relevante o fato de que tem sido comum a manifestação da doença na forma de surtos em instituições como escolas e creches.

Por outro lado, pelo alto índice de soroconversão a que conduz a vacinação contra a varicela aplicada em dose única, face aos danos que a doença pode produzir, este procedimento é provavelmente o de maior custo-benefício no campo da prevenção por imunização atualmente.

O Ministério da Saúde, já disponibiliza a vacina no centro de referência especializada no atendimento a imunodeprimidos (CRIE), mas o que se propõe é a adoção da mesma como rotina para todas as crianças paranaenses acima de 12 anos de idade, como recomenda a Academia Americana de Pediatria.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 082/2003

Autoria: deputado Mauro Moraes

Súmula:

Sugere a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do Estado do Paraná.

maio de 2002, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do Estado do Paraná.

II - O Poder Executivo, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, criaria convênio junto com os municípios turísticos para exibirem em suas salas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material áudio-visual para ser inserido antes de cada uma das sessões.

III - As prefeituras, através de seus órgãos, enviarão para a Secretaria de Turismo o material que julgar ser de boa qualidade para a divulgação do turismo local.

IV - Poderiam as prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

V - A duração de cada filme ilustrado não poderá ser inferior a 2 minutos nem superior a 5 minutos, podendo vários municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

VI - As inserções do material apresentado deverão percorrer todos os cinemas do Estado do Paraná.

VII - O controle e fiscalização ficarão por conta da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Desde os tempos primórdios, a paixão pelo turismo sempre esteve presente no ser humano. Lemos passagens interessantes onde nossos antepassados vagavam de um lado para outro, às vezes em companhia de um camelo, outras vezes a pé, porém a vontade de conhecer novos horizontes fizeram desses homens verdadeiros aventureiros e junto deles a notícia, o intercâmbio e o conhecimento.

Como se vê, o turismo nasceu por prazer e pela necessidade de comunicar-se com seus semelhantes, e hoje não tenho dúvidas em afirmar que é a maior fonte de riqueza que uma nação pode explorar. Não polui; é ecológico, não agride o meio ambiente; traz divisas e empregos.

A divulgação da riqueza turística é de suma importância, inclusive para ser divulgada em salas de aula, onde os mestres deveriam tecer comentários a respeito do assunto e incentivar tarefas numa corrente que envolva outros segmentos.

O Paraná é, foi e será palco dos acontecimentos culturais, das manifestações políticas, artísticas e despor-

nativa desses eventos e é preciso divulgar.

A parceria do governo do Estado através da Secretaria Estadual de Turismo, no sentido de interiorizar o turismo, fazendo inserções nas salas de projeções de filmes (cinema), mostrando o manancial de riqueza turística que tem em quase todas as regiões, seria de grande valia para que o povo do Paraná conhecesse melhor seu Estado.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 085/2003

Autoria: deputado Natálio Stica

Súmula:

Propõe a criação de Programa Primeiro Emprego - PPE, no Estado do Paraná.

1 - Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Primeiro Emprego - PPE, objetivando promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, estimular o desenvolvimento das cooperativas e das empresas, bem como das propriedades do setor rural, das entidades sem fins lucrativos, dos profissionais liberais e/ou autônomos, fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda.

I - Estarão habilitados aos benefícios desta lei, os jovens com idade compreendida entre 16 e 24 anos, regularmente inscritos no programa, e que não tenham tido nenhuma relação formal de emprego;

II - dentro de um prazo de até 06 (seis) meses, o inscrito deverá comprovar através de documentação hábil, a matrícula e frequência no ensino fundamental, médio ou superior;

III - executam-se das disposições dos parágrafos 1 e 2º, os jovens de 16 a 24 anos:

a) portadores de necessidades especiais;

b) portadores de altas habilidades;

c) vinculados a programas de inserção social coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário;

d) egressos do sistema penal;

f) jovens que tenham sido contratados na condição de aprendizes.

IV - Às contratações previstas no parágrafo anterior não se aplica o limite estabelecido no item 2º do item 3 desta indicação;

V - as relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta lei devem estar regulares perante a legislação federal do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus, inclusive os encargos sociais.

2 - O Programa Primeiro Emprego - PPE, ora instituído será coordenado e supervisionado pela Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho, e contará com a colaboração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, dos municípios, dos Conselhos da Criança e do Adolescente, dos sindicatos

organizações sem fins lucrativos, governamentais ou não.

I - Os municípios poderão participar do programa mediante o desenvolvimento de ações complementares, no âmbito de suas competências.

3 - As inscrições dos jovens no Programa Primeiro Emprego - PPE, serão efetivadas nas Unidades do Sistema Nacional de Emprego - Sine e nas Prefeituras Municipais.

I - Quando da implementação do programa estarão automaticamente inscritos, atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, os candidatos já cadastrados das unidades do Sine, nos últimos 06 (seis) meses;

II - nos locais de inscrição deverá ser afixada, mensalmente, a relação dos inscritos no programa, bem como daqueles já encaminhados e aproveitados nas empresas;

III - o encaminhamento às empresas deverá obedecer, no que couber, a ordem cronológica de inscrição, respeitada as propriedades para preenchimento das vagas estabelecidas nesta indicação.

4 - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar à empresa participante do Programa Primeiro Emprego - PPE o valor mensal equivalente ao piso salarial da categoria profissional em que o jovem está ingressando, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de 02 (dois) salários mínimos por jovem contratado, pelo período máximo de 06 (seis) meses do contrato de trabalho.

I - Não havendo piso estabelecido em convenção ou de acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 01 (um) salário mínimo por jovem contratado;

II - o empregador habilitado com até 10 (dez) empregados poderá contratar, nos termos desta lei, até 02 (dois) jovens, e o que possui mais de 10 (dez) empregados poderá contratar até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho através do programa;

III - terão prioridade para preenchimento das vagas oferecidas pelo programa os jovens oriundos de famílias em situação de pobreza e que estejam cursando o ensino fundamental;

IV - será assegurado ao jovem a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou de acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado;

V - no caso de contratos para meia jornada de trabalho, o repasse do Estado será de metade dos valores previstos no *caput* deste item.

5 - Serão destinados preferencialmente a jovens portadores de necessidades especiais 10% (dez por cento) dos novos postos de trabalho, decorrentes desta proposta.

6 - Poderão habilitar-se a participar do Programa Primeiro Emprego - PPE, mediante a assinatura de Termo

os proprietários de áreas rurais, as entidades sem fins lucrativos, os profissionais liberais e os autônomos, assim definidos no regulamento.

I - Os empregadores referidos no *caput* deste artigo não poderão ter reduzido os postos de trabalho nos 03 (três) meses que antecederem à sua habilitação;

II - o empregador, respeitada a legislação trabalhista, e na forma do regulamento, poderá, mantendo o posto de trabalho, substituir o jovem contratado no âmbito deste programa;

III - a empresa que reduzir o número de postos de trabalho e/ou descumprir os direitos previstos no parágrafo 5 do artigo 4 desta lei durante sua participação no programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverá devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos;

IV - as empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal;

V - os empregadores referidos no *caput* deste artigo deverão manter os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios desta lei, por um período suplementar de igual duração ao do benefício usufruído;

VI - os termos de adesão a que se refere o *caput* deste artigo somente terão validade sete dias após a aplicação, no Diário Oficial do Estado, de uma súmula em que conste o nome do empregador habilitado, o nome do jovem contratado, o município sede do empregador, o prazo do contrato e o valor mensal a ser repassado pelo Estado.

7 - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Primeiro Emprego - PPE, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data da admissão do jovem contratado.

8 - Os recursos para o Programa Primeiro Emprego - PPE serão oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

I - A distribuição dos recursos referidos no *caput* obedecerá à seguinte proporcionalidade:

a) 60% (sessenta por cento) direcionados aos inscritos com formação de ensino fundamental;

b) 40% (quarenta por cento) aos demais inscritos.

9 - As entidades sem fins lucrativos, portadoras de título de Utilidade Pública Estadual, ficarão liberadas da obrigação prevista no artigo 6, parágrafo 5, desta lei, desde que comprovem contratação, durante a vigência de seus termos de adesão, por outro empregador, do jovem por elas inicialmente contratado.

grama Primeiro Emprego ao jovem que dele já tenha participado;

II - as entidades sem fins lucrativos que cumprirem o disposto neste artigo poderão, de imediato, efetuar a contratação de outro jovem através do Programa Primeiro Emprego.

10 - Cumprindo o disposto nesta lei, os empregadores que contratarem pessoas portadoras de necessidades especiais ou de altas habilidades, jovens vinculados a programas de inserção social, coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário ou outras entidades legalmente habilitadas ou jovens egressos do sistema penal, independente de sua idade, terão direito ao repasse de que trata o artigo 4º desta lei pelo período de, no máximo, 12 (doze) meses.

I - Para habilitarem-se ao benefício, os empregadores comprometer-se-ão a manter os postos de trabalho aos jovens enquadrados nos casos previstos no *caput*, pelo período de 12 (doze) meses;

II - as contratações realizadas com base neste artigo ficam liberadas da obrigação prevista no item 6, do inciso V deste programa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de 2003, reuniu na sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, com as presenças dos senhores deputados Marcos Isfer, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, André Vargas e Ademar Traiano, membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, passando a palavra ao deputado Marcos Isfer, relator do Projeto de Lei nº 583/2003, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2004 de que trata a Mensagem nº 30/2003. Abrindo o seu parecer o deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 4.173 emendas ao Projeto, 1.221 emendas foram acolhidas, sendo 911 emendas à despesa, 310 emendas ao conteúdo programático e 25 ao texto da Lei. Antes da votação de seu parecer o deputado Marcos Isfer agradeceu aos técnicos da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O presidente colocou, então, em votação o Parecer do deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 583/2003, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo

deputado Marcos Isfer, relator do Projeto de Lei nº 584/2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual, para o exercício de 2004 a 2007 de que trata a Mensagem nº 31/2003. Abrindo seu parecer o deputado Marcos Isfer relatou que foram apresentadas 42 emendas, das quais 28 foram acatadas. O presidente colocou, em votação o Parecer do deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 584/2003, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro de 2003, às 14h00, na sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Ratinho Júnior, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Miltinho Pupio, e o presidente da Comissão deputado José Maria Ferreira, com intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (13ª Reunião Ordinária), na sequência a senhora deputada Elza Correia, pede dispensa, todos aprovam, então o senhor presidente deu continuidade aos trabalhos solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 01) Indicação nº 123/2003, de autoria do deputado Reni Pereira. Relator: deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com embasamento em diligência enviada à Coordenadoria de Patrimônio do Estado, que envia à esta Comissão seu parecer favorável para ser anexado ao mesmo do presente relator. 03) Indicação nº 116/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Relator: deputado Elton Carlos Welter. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 576/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Relator deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 685/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 39/2003. Relator deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk. Propositura esta, com vistas ao deputado Elton Carlos Welter, que a devolve nesta reunião, sendo a

RÁVEL - APROVADO pelo relator deputado Francisco Bühner. 07) Indicação nº 126/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen. Submetida à apreciação desta proposição, o senhor deputado Milton Pupio, pede vistas para maior análise do mesmo. Todos aprovam. Não havendo mais nada a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen e Ademar Traiano. O senhor presidente informa aos presentes que após entendimentos com os demais membros da Comissão ficou definido que o senhor deputado Vanderlei Iensen será o vice-presidente desta Comissão. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça. Relatora deputado Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projetos de Lei nºs 001/2003 e 018/2003, de autoria dos deputados Edson Praczyk e Tadeu Veneri. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 083/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2003. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen e Dobrandino da Silva. O senhor presi-

tura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 127/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/2003, que altera dispositivos da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996. (Lei que criou o Paranacidade). Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Na forma das emendas anexas. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Vanderlei Iensen, André Vargas e Ademir Bier. O senhor presidente solicita ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Relator deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 110/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, André Vargas, Marcos Isfer e Dobrandino da Silva. O senhor presidente solicita ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura. O

Dia: 01) Projeto de Lei nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, André Vargas e Ademar Traiano. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 210/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2003. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Vanderlei Iensen, Dobrandino da Silva, Ademar Traiano e André Vargas. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 288/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2003. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 136/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk.

APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Relator deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emendas. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Marcos Isfer e André Vargas. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 311/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2003. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 289/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 10/2003. Relator deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 283/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 07/2003. Relator deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias de agosto de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, André Vargas e Marcos Isfer. O senhor deputado solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura, a qual foi

de Lei nº 262/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Vanderlei Iensen, Marcos Isfer, André Vargas e Ademar Traiano. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura, a qual foi deferida, sendo após aprovada a Ata. A seguir, o senhor presidente passou à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/2003. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emenda modificativa; 02) Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/2003. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na

cia do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Marcos Isfer e Ademir Bier. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 306/2003, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício nº 1.136. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Vanderlei Iensen, Nelson Tureck, Dobrandino da Silva e Ademar Traiano. O senhor deputado solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura, a qual foi deferida, sendo após aprovada a Ata. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Indicação nº 16/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Indicação nº 21/2003, de autoria do deputado Reni Pereira. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 281/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 530/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 26/2003. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Indicação nº 087/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada

efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Ademar Traiano e Dobrandino da Silva. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00 sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Nelson Tureck, Dobrandino da Silva, André Vargas, Ademar Traiano e Cida Borghetti. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura, a qual foi deferida, sendo após aprovada a Ata. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Indicação nº 53/2003, de autoria do deputado Natálio Stica. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Indicação nº 90/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Indicação nº 91/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Relator deputado

VADO; 06) Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 254/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 09) Projetos de Lei nºs 243 e 330/2003, de autoria dos deputados Padre Paulo Campos e Mauro Moraes, respectivamente. Relator deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 532/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 29/2003. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 28/2003. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 12) Indicação nº 22/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Nelson Tureck, Dobrandino da Silva, Cida Borghetti e André Vargas. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura, a qual foi deferida, sendo após aprovada a Ata. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUBSTITUTIVA. 02) Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUBSTITUTIVA. 03) Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Relator deputado André Var-

de Lei nº 382/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2003. Relator deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Ademar Traiano e Marcos Isfer. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 655/2003, de autoria da CPI do Banestado. Relator deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Ademar Traiano, Marcos Isfer e Dobrandino da Silva. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado Elio

havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Cida Borghetti e Vanderlei Iensen. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura, a qual foi deferida, sendo após aprovada a Ata. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer. Relator deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUBSTITUTIVA. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do senhor deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva e Cida Borghetti. O senhor presidente solicita ao secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Marcos Isfer pede a dispensa da leitura. O presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Ministério Público. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA. 02) Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relatora deputada Cida Borghetti. Parecer

256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica. Relator deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Wilson Penka secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA COPEL ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e três na sala de reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi e Ratinho Júnior. O senhor presidente solicitou que o deputado Vanderlei Iensen fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, o senhor deputado Ratinho Júnior pediu a dispensa, colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e informou aos senhores deputados membros desta Comissão, que o objetivo desta reunião é saber dos sub-relatores como estão os trabalhos dos mesmos e aprovar a prorrogação dos trabalhos desta Comissão, por mais 30 (trinta) dias. Após os esclarecimentos dos sub-relatores, aprovou-se a prorrogação citada e definiu-se a pauta para as duas próximas reuniões, a saber: dia 29 de outubro do corrente, às 10h00, na sala de reuniões das Comissões, para discussão do Relatório Final; dia 10 de novembro do corrente, às 10h00, no Plenarinho, para aprovação do Relatório Final. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA COPEL ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e três na sala de reunião da Presidência da Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos

Iensen, Alexandre Curi e Ratinho Júnior. O senhor presidente fez a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente passou a palavra ao relator deputado Ratinho Júnior para apresentação da versão preliminar do relatório final desta CPI, acompanhada das suas sugestões para apresentação de 03 (três) projetos de leis, (em anexo), referentes a: a) autorização para alienação das ações da Copel; b) parcerias da Copel com a iniciativa privada; e c) controle social da administração da Copel. Após os esclarecimentos do relator, o senhor presidente sugeriu que conste no relatório Final o seguinte: 01) a possibilidade de se reapresentar o projeto de lei de iniciativa popular referente à Copel, conciliando-o com a sugestão legislativa apresentada pelo relator deputado Ratinho Júnior na questão de alienação das ações da Copel; 02) que a Copel fique obrigada a ser sócia majoritária nas parcerias futuras e da possibilidade desta ter esta mesma condição nas atuais parcerias; 03) proibição do caucionamento das ações da Copel sem autorização da Assembléia Legislativa do Paraná; 04) feitura de projeto de lei que regulamenta todos os trâmites de criação das PCH e que caiba à Assembléia Legislativa do Paraná a fiscalização e o controle desta tramitação; 05) criação de vias de ampliação do controle social por meio de uma maior participação dos usuários na administração da Copel, através de um Conselho de Usuário no órgão deliberativo da empresa. Em seguida, o deputado Tadeu Veneri pediu a palavra e fez o relatório de sua viagem à cidade do Rio de Janeiro para a ouvida do depoimento judicial do Sr. Rogério F. Vieira, além de anunciar encaminhamento de 03 anexos para a relatoria desta CPI. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

SÍNTESE DOS PROJETOS DE LEI - CPI DA COPEL

01) Autorização para Alienação das Ações da Copel:

Atualmente o Governo do Estado do Paraná ainda tem autorização para efetivar a alienação das ações da Copel, conforme a Lei Estadual nº 12.355/98, e também em face de a ainda vigente rejeição do projeto de iniciativa popular que proibia a venda das ações da Copel. Em face disso, o deputado relator vai apresentar, junto com o relatório, um projeto de lei revogando a autorização para alienação das ações da Copel, mediante revogação da Lei Estadual nº 12.355/98, e determinando seja obrigatório ao Estado do Paraná a propriedade de mais de 50% das ações da Copel com direito a voto, mantendo-se sua

trole do Estado do Paraná.

02) Parcerias da Copel com a Iniciativa Privada:

Conforme constatado no relatório, a antiga administração da Copel realizou uma série de parcerias extremamente lesivas à saúde da empresa e que, em verdade, só resultavam em benefícios para os parceiros privados, em detrimento dos interesses da Copel e, sobretudo, da população paranaense. Tais condutas lesivas, demais de também resultado direto dos equívocos gravíssimos da política energética do Governo Federal entre 1993 e 2002, também decorria da inexistência de nenhum instrumento de controle efetivo da diretoria da Copel, que administrava a empresa sem qualquer transparência e sob critérios que, afirmando-se empresariais, em verdade resultavam lesivos aos interesses da população. Nesse sentido, far-se-á a proposta de uma lei estadual que exigirá prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para toda e qualquer parceria da Copel com empresas privadas (excluídas, portanto, parcerias com empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo controle já é bastante efetivo). Nesse sentido, o debate sobre eventuais parcerias da Copel seria necessariamente publicado, evitando os equívocos constatados pela CPI e impedindo os negócios “de pai para filho”, que tanto vitimaram essa empresa exemplar na última administração estadual.

03) Controle Social da Administração da Copel:

Por fim, outra das constatações da CPI é que o Conselho de Administração da Copel não exerceu seu papel na medida em que deveria, pois que, além de órgãos estratégicos de direção da empresa, deveria ainda ser o órgão onde o controle social sobre a empresa exercer-se-ia de maneira mais efetiva. Neste sentido, o relator também pretende apresentar um projeto de lei dinamizando e democratizando a participação popular e o controle social sobre o Conselho de Administração da Copel, tornando efetivo o princípio da transparência que deve informar a administração de uma empresa tão relevante e estratégica para a população do Paraná.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA COPEL ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e três no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, às

de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Durval Amaral, Ademar Traiano e Valdir Rossoni. O senhor presidente fez a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente passou a palavra ao relator deputado Ratinho Júnior para apresentação da versão preliminar do relatório desta CPI, acompanhada das suas sugestões para apresentação de 03 (três) projetos de lei, (em anexo), referentes a: a) autorização para alienação das ações da Copel; b) parcerias da Copel com a iniciativa privada; e c) controle social da administração da Copel. Após os esclarecimentos do relator, o senhor presidente abriu a palavra aos senhores deputados presentes, que apresentaram seus destaques. Pela grande quantidade de destaques apresentados, o senhor presidente entendeu por bem suspender a reunião com o fim de que, após análise minuciosa dos referidos destaques se encontrassem convergência na redação dos pontos divergentes. Em virtude do adiantado da hora, o senhor presidente sugeriu uma pequena interrupção dos trabalhos para o almoço, voltando-se logo em seguida para a discussão e aprovação dos destaques apresentados. Às 14h00, esta Comissão voltou a se reunir deliberando-se primeiramente sobre os pontos em que havia consenso, deixando para posteriori a votação dos pontos controversos. Após a aprovação dos destaques dados como favoráveis, passou-se à discussão e conseqüente aprovação das questões, as quais, não se chegou a um consenso por meio de uma redação que atendesse aos anseios de todos os parlamentares presentes. Em seguida, passou-se à votação do Relatório Final. Tendo sido o mesmo aprovado. Votaram a favor do relatório os senhores deputados Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Alexandre Curi. Votaram contra o relatório os senhores deputados Durval Amaral, Ademar Traiano e Valdir Rossoni. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) **MARCOS ISFER** - Presidente
Wilson Penka - Secretário